

Waldemir Barreto/Senado Federal



Líder do bloco de apoio ao governo, Humberto Costa confia em aprovação sem mudanças

Genaldo Magalhães/Senado Federal



Tramitação acelerada deve ser pedida pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá

Governo deve pedir urgência para votar mínimo na quarta

Projeto do Executivo que reajusta o salário para R\$ 545, aprovado há dois dias na Câmara, pode entrar na pauta do Plenário do Senado semana que vem. PSDB e Paim anunciam emendas para elevar valor

Aproveitar o bom resultado alcançado na Câmara dos Deputados e encerrar, o mais rapidamente possível, a batalha em torno da definição do novo salário mínimo. Essa deve ser a estratégia do governo para a votação, no Senado, do projeto que fixa o piso em R\$ 545. O líder do governo no Senado, Romero Jucá,

pode apresentar requerimento para uma tramitação acelerada da proposta, de modo que seja votada em Plenário na quarta-feira que vem. O líder do PT confia em uma aprovação sem emendas, mas o PSDB pretende elevar o valor para R\$ 600 e impedir que os próximos reajustes sejam decididos apenas por decretos do Executivo. **4 e 5**

Genaldo Magalhães/Senado Federal



Agripino Maia vai conversar com bancada, mas, pessoalmente, não aceita nada inferior a R\$ 560

Waldemir Barreto/Senado Federal



Alvaro Dias anuncia que PSDB tentará aprovar emenda que eleva piso nacional para R\$ 600

Reforma do Planalto pode ser alvo de auditoria

Senador Alvaro Dias pede para Tribunal de Contas da União investigar a obra, que, concluída no ano passado, terminou com um custo de R\$ 2,5 mil por m². **2**

Indicados para presidir as comissões já têm prioridades

Senadores indicados pelos partidos para a presidência das comissões permanentes serão eleitos na próxima semana, mas já anunciam suas estratégias de trabalho. **3**

Eunício quer levantar a bandeira do municipalismo

Escolhido para presidir a CCJ pelo PMDB, senador Eunício Oliveira diz que defesa dos interesses dos municípios será uma das prioridades do seu mandato. **7**

Marta defende criação de plano para prevenção de enchentes em SP

Para Marta Suplicy, chuvas continuarão a causar tragédias no estado enquanto não se tomarem medidas como ampliar o tratamento de esgotos. **8**

Senadora lamenta que "ainda não haja planejamento", pelo governo estadual, de uma política contra enchentes



Wilson Dias/ABr



A reforma nos 36 mil metros quadrados, distribuídos em quatro pavimentos, foi orçada em R\$ 88 milhões. Alvaro Dias considera que a obra deveria constar do PPA

Alvaro Dias quer auditoria nas obras do Planalto

Senador argumenta que o valor orçado para as obras de reforma do Palácio do Planalto foi exorbitante, correspondendo a quase R\$ 2,5 mil por metro quadrado

O SENADOR ALVARO Dias (PSDB-PR) solicitou ao Tribunal de Contas da União (TCU) a realização de auditoria na obra de reforma do prédio do Palácio do Planalto. O requerimento está incluído na pauta da sessão plenária deliberativa da próxima terça-feira.

Segundo o parlamentar, a reforma do Palácio do Planalto foi orçada em R\$ 88 milhões, sem contar com aditivos posteriores, sendo que o prédio tem 36 mil metros quadrados distribuídos em quatro pavimentos.

Para Alvaro Dias, o valor orçado foi "exorbitante", equivalente a R\$ 2.444 o metro quadrado.

O requerimento original é de autoria do então senador Arthur Virgílio e data de julho de 2009, mas, segundo Alvaro Dias,

o PSDB não conseguiu incluir a matéria anteriormente na pauta de votações do Plenário. Por esse motivo, ele reapresentou a solicitação.

Em um dos trechos do requerimento, o senador diz: "Este foi o custo da reforma e não o custo da construção, geralmente muito mais alto, tendo em vista que não existiram serviços como fundações, estrutura e outros.

Além do alto preço dessa licitação, é importante analisar o fato de a obra ter sido iniciada sem que tivesse sido incluída no Plano Plurianual de Investimento (PPA) 2008-11, o que contraria o texto constitucional".

Ainda de acordo com a solicitação do senador, o governo iniciou a obra amparado em um projeto de crédito especial (PLN

25/09) que chegou à Comissão Mista de Orçamento (CMO) no dia 24 de junho de 2009.

Aprovado pelo Congresso, o projeto foi transformado na Lei 11.984/09, que distribuiu R\$ 119,1 milhões à Justiça Federal, ao Ministério Público da União, aos tribunais eleitorais e à Presidência da República. Esta última ficou com a maior parte dos recursos – R\$ 100 milhões, destinados à restauração e à modernização do Palácio do Planalto.

O artigo 3º dessa lei estabeleceu que as alterações realizadas fossem incorporadas ao PPA 2008-11. O entendimento do senador, no entanto, é de que as demais ações contempladas na lei não chegaram a alterar o PPA, o que, para ele, deve ser examinado pelo TCU.

Senado homenageia Ordem DeMolay

O Senado tem sessão especial em 21 de março para homenagear os 30 anos de atuação no Brasil da Ordem DeMolay, entidade destinada a jovens de 12 a 21 anos, do sexo masculino, e ligada à Maçonaria. O requerimento solicitando a homenagem é de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

A ordem adota princípios baseados em virtudes como o companheirismo, a cortesia e o patriotismo. A formação dos integrantes se dá em dois graus: o primeiro, chamado de iniciático, e o grau DeMolay, composto por estágios históricos, filosóficos e honoríficos, que compõem

a Ordem da Cavalaria.

O nome da entidade é uma homenagem ao francês Jaques DeMolay, último grão-mestre da Ordem dos Cavaleiros Templários. Essa ordem militar foi fundada no século 12 com o intuito de proteger os peregrinos que viajavam para os lugares santos na Palestina. Tornou-se rica e poderosa, sendo perseguida mais tarde pelo rei Felipe, o Belo, da França, que conseguiu sua supressão no começo do século 14. Na época, vários templários foram presos e executados, entre eles, Jacques DeMolay.

A Ordem DeMolay foi fundada nos Estados Unidos,

no dia 18 de março de 1919. Segundo informações da entidade, há cerca de 205 milhões de integrantes da ordem em todo o mundo e mais de 200 mil no Brasil, onde atua desde 1980.

Dia Nacional

O supremo conselho da Ordem DeMolay no Brasil conta com quase 20 mil integrantes ativos, espalhados por 340 municípios, conforme a entidade. No dia 19 de janeiro de 2010, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu, por meio da Lei federal 12.208, o Dia Nacional do DeMolay, celebrado em 18 de março.

Sarney nega indicação de João Alberto

A Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado divulgou ontem nota na qual desmente notícias de que o presidente da Casa, José Sarney, tenha a intenção de indicar o senador João Alberto Souza (PDMB-MA) para a Corregedoria do Senado.

A íntegra da nota divulgada ontem é a seguinte:

"O presidente do Senado Federal, senador José Sarney, desmente notícia publicada hoje por jornais de São Paulo (*) de que tenha a intenção de indicar o senador João Alberto (PDMB-MA) para a Corregedoria da Casa. Informou Sarney que para o cargo referendará o nome do senador que venha a ser definido pelas lideranças partidárias.

Secretaria de Imprensa da Presidência do Senado
* Matéria em *O Estado de S. Paulo* e na coluna Paineis, da *Folha de S. Paulo*."



Itamar anuncia ter encaminhado questão de ordem sobre o assunto

Itamar reclama do poder dos grandes partidos no Senado

Itamar Franco (PPS-MG) voltou a criticar o que classifica de "totalitarismo do Regimento Interno" do Senado. Para o parlamentar, "os marechais de ferro do Senado", dirigentes dos partidos mais fortes da Casa, decidem sozinhos as regras que todos são obrigados a acatar, numa clara afronta à democracia.

– Nós todos senadores aqui, independentemente do tamanho dos nossos estados, somos iguais. Mas o Senado da República, este Senado que aí está, não quer ver essa paridade e quer impedir que nós façamos parte, inclusive, das comissões permanentes. Então, nós perguntamos como é que vamos representar, por exemplo, o nosso estado de Minas Gerais – questionou Itamar, ao informar que apresentou questão de ordem à Mesa sobre o assunto.

Itamar tinha em mãos um exemplar do *Jornal do Senado* de ontem, que traz como manchete a reportagem sobre a reunião de líderes em que foi celebrado acordo para a composição das comissões do Senado, de acordo com o critério da proporcionalidade partidária.

Com o título "Líderes partidários definem comando das comissões", a manchete estampa foto do evento, em que aparecem vários líderes, tanto da base como da oposição, além do presidente do Senado.

– A manchete mais correta seria "Alguns líderes partidários definem comando das comissões" – disse o senador, reclamando da ausência dos líderes de partidos pequenos, como é o seu caso.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão apenas para discursos

9h A sessão plenária não tem pauta de votação e será destinada a discursos de senadores e comunicados da Mesa. Jayme Campos (DEM-MT), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Gilvam Borges (PMDB-AP) estão entre os inscritos.

SESSÃO ON-LINE: confira a íntegra da sessão do Senado em www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Futuros presidentes de comissões já anunciam prioridades de trabalho

Os senadores indicados pelos líderes partidários, na quarta-feira, para presidir as comissões permanentes só devem ser oficialmente eleitos para os cargos a partir da próxima semana, mas desde ontem eles já começaram a traçar suas estratégias de trabalho. Escolhido pelo PT para presidir a Comissão de Direitos Humanos, Paulo Paim diz que o

colegiado quer incentivar a participação popular em suas decisões. Futuro presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Acir Gurgacz (PDT) pretende priorizar o apoio ao pequeno produtor. Na Comissão de Meio Ambiente, definiu Rodrigo Rollemberg (PSB), a usina de Belo Monte e o novo Código Florestal serão as prioridades.

CDH é trincheira de resistência contra a violência, diz Paim

Indicado pelo PT para presidir a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o senador Paulo Paim (RS) afirmou que o colegiado é um espaço privilegiado para manifestação do povo brasileiro e "uma trincheira de resistência no combate a todos os tipos de violência e discriminação".

– Violência contra a mulher, contra o negro, contra o branco, contra o índio, contra o pobre, contra o rico. A CDH tem como eixo o combate a todo tipo de violência e de discriminação e a defesa de direitos e oportunidades iguais para todos – frisou.

Paim ressaltou ainda que fará "um trabalho muito integrado" com a senadora Ana Rita (PT-ES), indicada vice-presidente da comissão.

Linhas de ação

O senador apontou como prioridade o combate às drogas, "essa verdadeira epidemia que ataca os lares brasileiros", e informou que uma das primeiras audiências públicas da comissão deverá ser sobre esse assunto. Outra linha de ação prioritária, segundo Paim, será o trabalho pelo fim da miséria.

– O fim da fome e o direito à alimentação e à saúde são uma questão de direitos humanos – disse, lembrando que estas também são preocupações da presidente Dilma Rousseff. Por isso, afirmou, a comissão deverá atuar em parceria com o Executivo.

Ele destacou que também pretende realizar debates que ajudem na promoção da cultura de paz nas escolas. O senador apresentou, em 2009, dois projetos (PLS 178/09 e 191/09) que visam proteger os professores de agressões por parte de alunos.

Paim também deverá incentivar os integrantes da CDH a criarem subcomissões para tratar de temas como a exploração sexual de crianças e adolescentes, entre outros, além de fortalecer a apresentação de propostas legislativas por entidades da sociedade.

– Esta comissão é de Direitos Humanos e de Legislação Participativa. Assim, poderemos encaminhar uma série de audiências públicas onde a sociedade virá apresentar sugestões ao Congresso.



Paulo Paim quer incentivar audiências públicas e participação popular dentro da comissão



Projeto de Gurgacz isenta de IPI máquinas adquiridas por agricultores familiares

CRA deve priorizar apoio ao pequeno produtor, diz Gurgacz

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) deverá priorizar o apoio aos pequenos produtores rurais para que possam desenvolver melhor suas atividades. Essa é a tônica que o senador Acir Gurgacz (RO), indicado pelo PDT para presidir a comissão, pretende imprimir ao colegiado.

O senador disse que o pequeno produtor não tem acesso a crédito e, conseqüentemente, à tecnologia que favoreça o aprimoramento da produção agropecuária. A situação é diferente quanto aos médios e grandes produtores, observou, uma vez que já estão organizados e têm facilidade de contratar financiamento agrícola. Além disso, afirmou, os empresários do agronegócio possuem assistência técnica própria.

Para Acir Gurgacz, é necessário estimular a produção agrícola do Brasil, pois a atividade contribui de forma significativa para a balança comercial. No seu entender, a comissão deve apoiar projetos que favoreçam todos os que produzem alimentos no país, tanto para consumo interno como para exportação.

O senador advertiu, no entanto, que o desenvolvimento da atividade agropecuária deve incluir o cuidado com a questão ambiental, em especial os problemas decorrentes do desmatamento.

Gurgacz é autor de um projeto (PLS 35/10) que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de máquinas e equipamentos adquiridos por agricultores familiares ou por cooperativas agrícolas. A proposta estabelece que a isenção seja concedida apenas se os equipamentos se destinarem exclusivamente ao uso na agricultura nacional.

O projeto foi aprovado na CRA e está em exame na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, seguindo depois para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa.

Rollemberg: Belo Monte e Código Florestal serão temas centrais na CMA

Indicado por seu partido para presidir a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), listou como prioridades do colegiado para 2010 o debate sobre o licenciamento para a construção da usina de Belo Monte, no rio Xingu (PA), e a revisão do Código Florestal Brasileiro.

O senador destacou que Belo Monte deverá ser a maior usina hidrelétrica inteiramente brasileira e a discussão deve ser em torno das exigências para a concessão de licenciamento. Sobre o Código Florestal, Rollemberg disse que a proposta ainda está sendo analisada pela Câmara, e que será "um tema bastante quente" na comissão.

Outra prioridade da comissão, de acordo com ele, é a atualização do Código de Defesa do Consumidor (CDC), que completou 20 anos em setembro de 2010.

– Temos uma comissão de juristas para apresentar sugestões que deverão ser debatidas no âmbito da CMA – disse o senador, que aguarda a confirmação de seu nome na presidência da comissão, por votação secreta dos integrantes do colegiado, prevista para a próxima semana.

Sustentabilidade

Segundo Rollemberg, o Brasil reúne todas as condições favoráveis para se transformar numa potência ambiental, mas, para conquistar esse espaço, o desafio é garantir desenvolvimento com sustentabilidade ambiental.

– Só teremos desenvolvimento sustentável se tivermos a capacidade de saber gerir bem nossos recursos naturais e toda a nossa biodiversidade, para que o país possa ampliar sua produção e sua produtividade, mas garantindo qualidade de vida para as futuras gerações – assinalou.

O senador também anunciou que pretende fazer parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU), com o objetivo de melhorar os mecanismos de fiscalização e controle, além de ampliar os instrumentos de transparência política.

Rollemberg destacou ainda que cabe à CMA acompanhar, fiscalizar e garantir transparência absoluta nos gastos para a realização da Copa do Mundo de 2014.



Rollemberg diz estar convicto de que é possível garantir desenvolvimento com sustentabilidade



O senador volta à Casa depois de dois mandatos como governador do Paraná

Requião é o indicado do PMDB para presidir Comissão de Educação

A liderança do PMDB indicou, na quarta-feira, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) para ser o novo presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A eleição do senador para o cargo ocorrerá na primeira reunião da comissão, prevista para a próxima semana.

Requião retorna ao Senado, onde esteve no período de 1995 a 2002, após exercer dois mandatos como governador do Paraná. Em sua campanha ao Senado, no ano passado, defendeu a meta de se destinar à educação o mínimo de 30% do Orçamento. Esse foi o percentual do orçamento estadual do Paraná destinado ao setor, segundo o site oficial do parlamentar (www.robertorequiiao.com.br).

O senador propõe que a União contribua com o custeio de universidades estaduais. Ele defende a implantação de programas de capacitação continuada do magistério, a exemplo do Programa de Desenvolvimento Educacional que estabeleceu no Paraná.



Senador pelo Mato Grosso, Jayme Campos ocupará única presidência reservada ao DEM

DEM escolhe Jayme Campos para presidência da CAS

O líder do DEM, senador José Agripino (RN), informou ontem que o senador Jayme Campos (MT) será indicado pelo partido para presidir a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que coube ao DEM, conforme acordo de lideranças firmado na quarta-feira. A vice-presidência deverá ficar com o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC)

Composta por 21 senadores titulares e 21 suplentes, a CAS examina questões como relações de trabalho, organização do sistema nacional de emprego e condição para o exercício de profissões, seguridade social, previdência e assistência social.

O colegiado trata também de temas relacionados à saúde, controle e fiscalização de medicamentos, saneamento e alimentos, além de examinar projetos relacionados a normas gerais de proteção ao meio ambiente.

Waldemir Borretty/Senado Federal

Waldemir Borretty/Senado Federal

Moisés Moritz/Senado Federal

José Luiz/Senado Federal

Oposição pretende lutar na Casa pela aprovação de um piso maior

A oposição vai tentar, no Senado, garantir um salário mínimo superior aos R\$ 545 aprovados na noite de quarta-feira pela Câmara dos Deputados. O líder do DEM, José Agripino (RN), disse ontem à Agência Senado que vai conversar com sua bancada, mas pessoalmente não admite nada inferior a R\$ 560, a valor defendido pelo partido na Câmara.

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), concorda com a ideia de votar o projeto (PL 382/11) em regime de urgência, mas informou que seu partido vai apresentar emenda prevendo um mínimo de R\$ 600 (*leia abaixo*).

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou que o tempo da fixação do salário mínimo por decreto foi o de "maior arrocho salarial do país".

Para o senador, o Brasil tem

condição de pagar um salário mínimo de R\$ 600 e que a verdadeira ameaça às contas públicas são "os juros subsidiados para empresários amigos dos governantes, o mirabolante trem-bala, a insustentável usina de Belo Monte e a farta liberação de verbas para a base aliada do governo durante a votação do projeto na Câmara dos Deputados".

Aloysio disse que outra ameaça às contas do governo é a acumulação de reservas internacionais em volume superior às necessidades, com enorme pressão sobre a dívida pública.

O senador afirmou não entender como o Congresso pôde ter sido generoso com seus membros, aumentando seus salários em mais de 60%, e tão rigoroso com os trabalhadores que ganham salário mínimo, com um reajuste de apenas 6,8%.



Na noite da última quarta-feira, o projeto que fixa o valor defendido pelo governo passou na Câmara, que rejeitou emendas que aumentavam o mínimo para R\$ 560 e R\$ 600. Deputados também rejeitaram proposta do PPS de impedir que reajuste seja feito por decreto até 2015

Senado pode votar novo mínimo na próxima quarta-feira

Romero Jucá, líder do governo no Senado, já recolhe assinaturas de apoio a pedido de tramitação em urgência do projeto de reajuste do mínimo para R\$ 545, aprovado nesta semana pelos deputados

O NOVO VALOR do salário mínimo, aprovado na quarta-feira pela Câmara dos Deputados, pode ser votado pelo Senado na próxima quarta. A tramitação acelerada deve ser viabilizada por pedido de urgência do líder do governo na Casa, Romero Jucá (PMDB-RR). O objetivo é assegurar a sanção do projeto pela presidente Dilma Rousseff até o fim deste mês, para que o novo valor entre em vigor em 1º de março. Os deputados confirmaram a proposta do Executivo de R\$ 545.

Jucá acredita em uma vitória folgada da base do governo. Ele já está colhendo assinaturas dos líderes partidários para garantir a votação da proposta na quarta-feira.

— Estamos conversando com os líderes, vamos conversar com todos os senadores que tenham algum tipo de dúvida ou colocação diferente e vamos tentar trazer a grande maioria dos votos para o governo.

O novo mínimo não afeta pagamentos realizados em janeiro e fevereiro, porque a Medida Provisória 516/10 fixou em R\$ 540 o salário

para esses meses. O projeto aprovado pela Câmara prevê que a lei dele resultante entrará em vigor no primeiro dia do mês subsequente à data de sua publicação. Este é o primeiro ano, desde a edição do Plano Real, em 1994, com dois valores de salários mínimos — o que acontecia na época da inflação alta.

O projeto de lei (PL 382/11) que agora será examinado pelos senadores institucionalizou a fórmula usada, por acordo com as centrais sindicais, nos reajustes do mínimo desde 2007: a recomposição dos valores se dará pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulada nos 12 meses anteriores à correção, mais a taxa de crescimento real do produto interno bruto (PIB) de dois anos antes.

Dessa forma, a correção de 2012 será feita pelo índice de inflação de 2011, mais o crescimento de 2010. O mesmo esquema será aplicado nos anos subsequentes, até 2015.

Decreto

O projeto também acaba com a



Romero Jucá acredita que, como na Câmara, o projeto do governo não sofrerá mudanças

obrigação do Poder Executivo de submeter ao Legislativo, anualmente, uma proposta fixando o valor do mínimo. Com base na fórmula definida, um decreto presidencial fixará a cada ano os valores mensal, diário

e horário do salário mínimo. Na Câmara dos Deputados, houve questionamento quanto à constitucionalidade do artigo do projeto que permite a fixação do mínimo por decreto. Para o deputado Rober-

to Freire (PPS-SP), um decreto não vale como lei perante a sociedade, por não passar pelo Parlamento. O Plenário da Câmara rejeitou o destaque do PPS e derrubou duas emendas da oposição — a do PSDB, com mínimo de R\$ 600, e a do DEM, de R\$ 560.

Jucá, no entanto, refutou a ideia de que esses decretos poderiam ser inconstitucionais.

— O salário mínimo deste ano e dos próximos anos está sendo definido por uma lei. O que o decreto vai fazer é explicitar o valor da correção monetária e o valor do crescimento do PIB. Portanto, o decreto é apenas o desdobramento da lei, não há incongruência ou inconstitucionalidade — afirmou.

O líder do governo no Senado adiantou que a base governista vai trabalhar para a rejeição de qualquer emenda ao projeto enviado pelo Executivo. Disse ainda que a votação no Plenário do Senado deverá ser nominal.

— Essa proposta é a melhor para o país. O governo está tranquilo,

mas está trabalhando junto à base governista. Os partidos entenderam a gravidade do assunto, a responsabilidade, a importância de ter um ganho real e um planejamento em médio prazo do crescimento do salário mínimo. Estamos trabalhando com a base e acreditamos concretamente em uma vitória com uma margem grande de votos — afirmou Jucá.

Parcelamento

O projeto do governo também altera a Lei 9.430/96 para suspender a punição dos contribuintes que optarem pelo parcelamento de débitos tributários. A única exigência é que o pedido de parcelamento tenha sido formalizado antes do recebimento da denúncia criminal.

A proposta prevê ainda que a prescrição criminal não corre durante o período de suspensão da pretensão punitiva. Estabelece ainda a extinção da punibilidade dos crimes quando a pessoa física ou jurídica efetuar o pagamento integral dos débitos.

Aníbal Diniz defende salário mínimo de R\$ 545

Aníbal Diniz (PT-AC) conclamou todos os senadores da base governista a votarem unidos na semana que vem, quando chegar ao Senado o projeto do governo que trata da política de reajuste do salário mínimo. Ele elogiou a atuação dos partidos aliados na votação da Câmara, na noite de quarta-feira, que garantiu a aprovação de um salário mínimo de R\$ 545, conforme orientação do governo.

Reconheceu especialmente o esforço da bancada do PMDB, com "100% de presença dos 77 deputados e deputadas e 100% dos votos a favor do projeto".

— Sei que há muitas situações em que há o caminho fácil. O caminho mais simples é o dos holofotes. Mas nós não podemos perder de vista a nossa responsabilidade com o país.

O projeto trata da política de valorização do salário mínimo até 2015. Aníbal Diniz disse que



A governabilidade está acima de qualquer situação, diz Aníbal Diniz

a governabilidade "está acima de qualquer outra situação".

— O salário mínimo está agora sob nossa responsabilidade e tenho certeza que senadores e senadoras da bancada de apoio ao governo vão votar de acordo com a matéria aprovada na Câmara, reafirmando nossa responsabilidade com a governabilidade do país e com as medidas que a presidente Dilma está adotando para manter o equilíbrio fiscal, o controle da inflação e a política de investimentos em obras e ações sociais que darão continuidade às conquistas do presidente Lula — defendeu.

Valor proposto pelo governo não é o ideal, mas é o possível, diz Vanessa

O salário mínimo de R\$ 545 não é o ideal, mas é o possível dentro da política defendida pelo governo federal, afirmou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Essa política, lembrou, estabelece que os reajustes anuais levarão em conta a inflação do ano anterior acrescida do índice de crescimento econômico de dois anos antes. A senadora informou que, na Câmara, o PCdoB votou unanimemente na proposta governista e afirmou que a bancada do partido no Senado fará o mesmo.

— Todos nós gostaríamos de dar um reajuste maior. Mas o que vamos votar de mais importante no projeto não é o valor do salário, é sua política. O salário mínimo, pela primei-



Senadora destaca importância de aprovar nova política para o mínimo

ra vez em sua existência, desde a década de 1930 com o então presidente Getúlio Vargas, terá uma política efetiva não só de recuperação das perdas inflacionárias, mas de valorização, de recuperação do valor que o tempo lhe tirou — disse.



José Agripino não admite proposta de salário mínimo inferior a R\$ 560



Aloysio: o tempo da fixação do piso por decreto foi o de "maior arrocho"

Mário Couto critica corrupção e doações a países

Mário Couto (PSDB-PA) disse ontem que "é revoltante" ver o governo afirmar que não tem recursos para fixar o salário mínimo em mais de R\$ 545, mas "doar bilhões de dólares a outros países".

O senador afirmou que, além disso, o governo aumentou os gastos durante a campanha eleitoral de 2010, o que teria, em sua avaliação, contribuído para a eleição de Dilma Rousseff, e acrescentou que cerca de US\$ 3 bilhões são perdidos por ano com "a corrupção desenfreada".

Mário Couto disse que, somente em 2010 e início de 2011, o governo brasileiro doou mais de US\$ 4 bilhões a países como Haiti, Angola, Paquistão, Bolívia e Cuba. E lamentou que, "quando chega o momento de dar o aumento ao salário mínimo, alegue não ter dinheiro, convoque a base governista e passe o rolo compressor sobre os trabalhadores e os aposentados".

PSDB apresentará duas emendas, afirma Alvaro Dias

O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), anunciou que o partido deve apresentar duas emendas ao projeto que reajusta o salário mínimo. A primeira estabelece o valor em R\$ 600, conforme prometido pelo candidato tucano à Presidência, José Serra, na campanha de 2010.

Outra, informou, retira do projeto o artigo que acaba com a prerrogativa do Congresso Nacional de legislar sobre os reajustes do mínimo, o que seria feito pelo Executivo mediante decretos.

O senador disse que o PSDB sustenta as duas emendas com argumentos técnicos, principalmente quanto à viabilidade de aumentar para R\$ 600 o salário mínimo.

— Isso é factível. Basta que o governo estabeleça cortes naquilo que é supérfluo e perfeitamente dispensável, sem comprometer investimentos produtivos em setores essenciais — afirmou.



Mário Couto diz que governo doou mais de US\$ 4 bi desde 2010



Alvaro Dias considera inaceitável que só Executivo decida sobre mínimo

Humberto Costa confia em aprovação sem modificações

O líder do bloco de apoio ao governo, Humberto Costa (PT-PE), disse que o salário mínimo de R\$ 545 deverá ser aprovado na próxima quarta-feira pelo Senado, sem qualquer alteração no texto proposto pelo Executivo. Em entrevista coletiva ontem, ele disse acreditar em um acordo com a oposição para que a matéria tramite em regime de urgência, em troca de algumas votações nominais.

Na terça-feira, a bancada do PT no Senado, da qual Humberto Costa também é líder, se reuniu para definir, entre outros temas, se será necessário fechar questão sobre a votação do novo salário mínimo.

O senador Paulo Paim (PT-RS) pretende apresentar uma emenda antecipando um percentual do aumento que seria concedido no ano que vem. Sua proposta é de um reajuste para R\$ 560.

Apesar de Paulo Paim já ter anunciado sua intenção, o líder Humberto Costa disse esperar que o senador pelo Rio Grande do Sul mude de posição.

— Até pelo tratamento que ele vem recebendo do governo e dos companheiros de bancada, ele será solidário — disse.

Em reunião na quarta-feira, Paulo Paim foi indicado pelo PT para presidir a Comissão de Direitos Humanos e Legislação

Participativa (CDH) (*veja reportagem na página 3*).

— O importante é dizer que a bancada do governo não vai votar envergonhada. A bancada do governo tem plena consciência de que nós estamos vivendo um momento, iniciado há oito anos no Brasil, onde os mais beneficiados têm sido os trabalhadores, que tiveram crescimento no seu poder aquisitivo. Todos nós nos orgulhamos dessa política de recuperação do salário mínimo. Não deve haver nenhum tipo de constrangimento em votar com o governo — afirmou Humberto Costa.



Humberto Costa fala aos jornalistas: "Não leve haver nenhum constrangimento em votar com o governo"

Jayme Campos pede uma reforma tributária urgente

Senador diz que este ano já foram arrecadados perto de R\$ 200 bi, sem que o brasileiro veja, nem de longe, a contrapartida na qualidade dos serviços que lhe são prestados

JAYME CAMPOS (DEM-MT) voltou a defender a necessidade de uma reforma tributária, tendo em vista que “o setor produtivo e a classe trabalhadora têm sido penalizados com o excesso de impostos, taxas e contribuições em vigor no Brasil”.

Para o senador, o início de um mandato presidencial sempre confere ao titular do cargo a força e o momento oportuno para que se viabilizem as reformas imprescindíveis à governabilidade do país, “por mais polêmicas ou espinhosas que possam vir a ser”.

– Ou se proporcionam as mudanças agora ou elas se tornam inviáveis, em face da conjugação de interesses que naturalmente configuram, assim como das relações que naturalmente se intrincam e

desgastam, no decorrer dos anos de um novo governo.

Jayme Campos disse ser unânime a sensação de injustiça diante da “insana” carga de impostos, que chegou a quase R\$ 1,3 trilhão no ano passado – valor 16% maior do que em 2008, como destacou.

– Mal o ano se inicia e já vamos chegando perto dos R\$ 200 bilhões de impostos arrecadados. Isso significa cerca de R\$ 160 milhões por hora, ou mais de R\$ 43 mil por segundo, sem que o brasileiro veja, nem de longe, a contrapartida na qualidade dos serviços públicos que lhe são prestados.

Segundo o senador, cálculos da Associação Comercial de São Paulo e do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) indicam que

a quantia arrecadada este ano corresponde a aproximadamente 330 milhões de salários mínimos. Esse montante, observou, daria para construir cerca de 8,2 milhões de casas populares; construir e equipar mais de 14 milhões de salas de aula; contratar por um ano mais de 14,5 milhões de professores ou 12 milhões de policiais. Ou, ainda, construir 2 milhões de quilômetros de redes de esgoto ou fornecer medicamentos para toda a população brasileira durante 75 meses.

Jayme Campos afirmou que a verdadeira reforma tributária não pode ser dissociada de uma revisão do pacto federativo. Em sua avaliação, na adequada repartição de receitas entre União, estados e municípios reside o sucesso de qualquer tentativa que se venha a fazer para abrandar a “injusta situação fiscal que vigora no país”.

Jayme Campos também defende revisão do pacto federativo, para abrandar a “injusta situação fiscal”

Suplicy elogia ação de corregedora do CNJ

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) cumprimentou ontem a corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministra Eliana Calmon, que impediu um golpe financeiro que seria aplicado ao Banco do Brasil. Para isso, ela tornou sem efeito uma sentença de primeira instância, confirmada por uma desembargadora de Belém, que obrigava o BB a reservar R\$ 2,3 bilhões de sua receita para crédito de uma pessoa do interior do estado de São Paulo.

– Tratava-se, como suspeitava a ministra, de um golpe financeiro que somente não foi concretizado pela prudência e experiência da corregedora – disse o senador.

Ele defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 89/08, da ex-senadora Ideli Salvatti, que impede a aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permite a perda de cargo como punição administrativa no caso de graves irregularidades.

– O Estado democrático de direito pressupõe um Judiciário



Suplicy defende punição mais rigorosa para juiz que cometer irregularidade grave

forte, autônomo e independente. Pela certeza de que o Poder Judiciário deve merecer inteira confiabilidade da sociedade, não pode ele deixar recair sobre seus membros qualquer suspeição. Não basta afastar ou aposentar aqueles contra os quais pesam a prática de delitos – argumentou.

Estelionato

Suplicy mencionou reportagem da revista *Isto É*, segundo a qual a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) “questiona o controle externo do Judiciário exercido pelo CNJ”

e considera que Eliana Calmon teria extrapolado suas funções administrativas na questão.

A corregedora esclarece que não questionou o mérito jurídico das análises feitas pela juíza que deu a sentença ou pela desembargadora que a confirmou, mas que sua decisão foi meramente administrativa. Segundo Suplicy, Eliana Calmon explica não ter considerado prudente “julgar-se em apenas dois dias úteis um processo que envolve R\$ 2,3 bilhões”. O dinheiro seria depositado na conta corrente de um cidadão que responde a processos por estelionato.

João Claudino cobra melhoria no setor aeroportuário

A precariedade dos serviços e a insuficiência de investimentos em infraestrutura, em especial a aeroportuária, fazem o país perder dinheiro, afirmou o senador João Vicente Claudino (PTB-PI).

Ele mencionou reportagem que cita o presidente da Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata), Giovanni Bisignani, segundo o qual, o Brasil, apesar de ser o país da América Latina que mais cresce, tem na infraestrutura aeroportuária um “desastre crescente”, com problemas como atraso e cancelamento de voos, extravio de bagagens e *overbooking*, sem citar a saturação de terminais.

De acordo com projeções da Iata, o setor aéreo da América Latina deve crescer 15,2% neste ano e 6,1% em 2012, um desempenho acima da média global, estimada em 11% para 2011 e 5% para 2012. No entanto, a falta de investimentos está fazendo o setor perder dinheiro por ineficiência.

Apesar de o ministro da Defesa, Nelson Jobim, considerar que Bisignani tem uma “visão terro-



João Claudino também cobra investimento na aviação regional

rista”, João Claudino acredita que é importante reconhecer que a situação do setor aeroportuário não é tranquila e que é necessário adotar medidas para atender à crescente demanda interna, principalmente para a Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas em 2016.

– Preocupa-me não criarmos dois Brasís nesses investimentos: o dos 12 estados que receberão a sede da Copa do Mundo e o dos 15 que ficarão fora.

O senador também cobrou a implantação de um plano de aviação regional dentro de um plano nacional, a fim de integrar e garantir investimentos para os aeroportos do Norte e do Nordeste.

Mozarildo quer incentivar a aviação regional

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) leu em Plenário nota da Associação Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional (Abetar), que comemora dez anos. A entidade celebrou o crescimento da aviação regional, cuja participação no mercado nacional saltou de 1% para 6%. Hoje, as associadas da Abetar atendem a mais de 140 destinos.

No mesmo discurso, o senador pediu a aprovação, pelos deputados, de seu projeto de lei (PL 7.199/02, na Câmara) que cria o adicional tarifário para linhas aéreas regionais. O projeto cria um subsídio para linhas aéreas que atendam a cidades no interior de uma mesma região, viabilizando as operações regionais da malha aérea brasileira. O texto foi aprovado no Senado em 2007.

Na nota, a entidade comemorou o aumento dos usuários de transporte aéreo, mas lamentou o esgotamento da infraestrutura aeroportuária e a falta de profissionais qualificados. Trouxe dados da Infraero segundo os quais houve mais de 138 milhões



Projeto do senador estimula linhas aéreas para cidades do interior

de embarques e desembarques em 2010, contra 115 milhões em 2009.

A entidade ressaltou sua participação no Conselho Nacional de Turismo e no Conselho Consultivo da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Resaltou, como conquistas advindas de sua atuação, a redução do ICMS cobrado sobre o querosene de aviação e a inclusão da aviação civil no Fundo de Garantia à Exportação.

A entidade afirma que, para a realização bem sucedida da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, são necessárias a criação de um marco regulatório e uma política de longo prazo para o transporte aéreo.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Vanessa Grazziotin • Acir Gurgacz • Marta Suplicy • Paulo Davim • Cícero Lucena • Mozarildo Cavalcanti

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Janaina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Sylvio Burle

Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920

Vital destaca movimentos populares no mundo árabe

Vital do Rêgo (PMDB-PB) manifestou da tribuna sua satisfação com a disseminação de manifestações populares no mundo árabe por liberdades políticas e justiça social. Ele considerou legítimas as aspirações dos povos árabes, "cansados de verem desrespeitado seu direito à opinião, à livre manifestação e ao contraditório".

– O que entendo estar acontecendo é uma nova expansão da consciência democrática e libertária pelo mundo, notadamente nas regiões onde a liberdade de expressão sempre teve um grande déficit.

Vital do Rêgo salientou, nos movimentos populares no mundo árabe, o papel dos novos meios de comunicação instantânea, como a internet e suas redes sociais que, disse, "fizeram a liga das aspirações



Vital do Rêgo: "Expansão de nova consciência democrática no mundo"

da juventude oprimida por regimes autoritários".

O senador disse que os Estados Unidos, que sempre apoiaram regimes na região que "com mão de ferro e controle absoluto das instituições, mantiveram radicais fundamentalistas fora do poder, deverão de agora em diante modificar sua estratégia para a região".

João Pedro pede apoio para imigrantes haitianos

O senador João Pedro (PT-AM) manifestou ontem sua solidariedade com os imigrantes haitianos que chegaram ao Brasil após o terremoto de janeiro de 2010 e conclamou os senadores a formarem uma comissão para verificar nas cidades de Basiléia, Assis Brasil e Epitaciolândia, no Acre; e também em Tabatinga, no Amazonas, as péssimas condições de vida a que estão submetidos os imigrantes haitianos.

– Estou fazendo um apelo primeiro para que uma comissão de senadores visite esses locais, porque a situação dos haitianos que chegaram ao Brasil, com relação às condições de moradia e de vida é muito ruim. Tenho relatos da imprensa segundo os quais estão passando fome e sede – disse.



João Pedro enviou carta ao ministro da Justiça alertando para a questão haitianos.

Ao final de seu discurso, João Pedro informou o envio de ofício ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, sobre o assunto.

Em apartes, os senadores Aníbal Diniz (PT-AC), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Eduardo Suplicy (PT-SP) manifestaram seu apoio ao pronunciamento de João Pedro.

Gilvam comemora interesse de turistas em conhecer o Amapá

Gilvam Borges (PMDB-AP) comemorou ontem a projeção que o Amapá vem alcançando como destino turístico internacional. Ele relatou que dois transatlânticos já aportaram na capital, com uma média de 1.200 passageiros cada, sendo que cerca de 600 desembarcaram para passear.

– Já foi observado que muitos preferem conhecer a cidade por conta própria, então é preciso pensar numa estratégia para oferecer comodidade e segurança aos turistas – alertou.

Entre as ações que o senador considera necessárias para atender corretamente os turistas, estão a identificação dos taxistas e o treinamento pessoal para recepção e tradução, em parceria com empresas privadas. Gilvam disse que um relatório com



Para Gilvam, turismo é ferramenta de resgate cultural da comunidade

as observações sobre a visita está sendo elaborado e a expectativa é de que Macapá seja incluída na rota turística internacional.

Para Gilvam, o turismo é uma ferramenta de resgate cultural da comunidade amapaense e não apenas uma atividade econômica de geração de renda e algum lazer.

Senador diz que há muito tempo a defesa dos municípios é uma bandeira pessoal e partidária. Ele também apoia a regulamentação da Emenda 29 para a saúde

Eunício Oliveira reafirma defesa do municipalismo

AO RECORDAR QUE o PMDB traz em seu estatuto a construção de "cidades justas socialmente e ecologicamente sustentáveis", o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) reafirmou ontem o seu compromisso "intransigente" com as demandas do povo por saúde, educação, emprego, cultura e outras reivindicações.

– A causa municipalista é um compromisso antigo do partido. E minha também – afirmou, lembrando que é oriundo do PMDB o presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Zulkoski.

Eunício observou que, em seus três mandatos de deputado federal, defendeu a bandeira municipalista com vigor. Agora, como senador, ele prometeu resgatar a pauta de reivindicações do movimento municipalista.

– Nós temos defendido maior autonomia política, administrati-



Após séculos, cidades ainda dependem muito da União, lamenta Eunício Oliveira

va e financeira dos municípios e lamentamos que, após séculos de municipalismo, as cidades ainda dependam das decisões da União e do Estado – observou.

O senador defendeu uma distribuição mais equilibrada dos impostos entre União, estados e municípios, bem como maior

autonomia das cidades para legislar sobre temas como a merenda escolar. Eunício também listou a distribuição dos royalties do pré-sal para todos os municípios brasileiros, a aprovação do projeto de regulamentação da Emenda 29 para a saúde e um novo pacto federativo.

Wilson Santiago elogia Dilma por ampliar e melhorar o Fies

O senador Wilson Santiago (PMDB-PB) elogiou ontem, em discurso, a presidente Dilma Rousseff, que anunciou a ampliação do Fies – programa de financiamento estudantil que antes se restringia aos alunos do ensino superior – ao ensino técnico profissionalizante.

Dilma reiterou que a taxa de juros desses financiamentos é de 3,4% ao ano e frisou que será extinta a necessidade de fiador para os estudantes que comprovarem renda de até 1,5 salário mínimo.

– Parabéns à presidente Dil-

ma, que merece os elogios desta Casa e, especialmente, os nossos, que representamos o Nordeste – declarou ele.

Segundo Wilson Santiago, foram assinados no ano passado mais de 60 mil contratos no âmbito do Fies, que resultaram em mais de R\$ 2 bilhões em financiamentos. O parlamentar lembrou ainda que o programa vem sendo implementado há 12 anos.

Ao destacar a importância do financiamento aos alunos do ensino técnico profissionalizante, o senador afirmou



Para Wilson Santiago, medidas vão estimular formação de mão de obra

que as medidas anunciadas vão estimular o aperfeiçoamento da mão de obra, "gerando muito mais empregos e atendendo às necessidades da maioria da população".

Requião conta como criou mais empregos no PR

Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou ontem sua experiência à frente do governo paranaense como exemplo de como é possível cortar impostos, gerar empregos e melhorar a vida do trabalhador, possibilitando maiores salários.

Quando assumiu o governo, Requião disse que o Paraná contava com 37 mil empregos, muito inferior à procura. Ele optou por reduzir o imposto das pequenas empresas e dos produtos da cesta básica, incentivando o consumo e a produção industrial.

– Não faltou quem advertisse sobre queda de arrecadação, ou até de inviabilização do estado. Isso é balela de administrador medroso. Ao invés de cair, a arrecadação subiu – disse.

Requião disse ainda que a política da troca de impostos por empregos gerou mais de 750 mil postos formais, e que o Paraná paga hoje a seus trabalhadores um piso de R\$ 765, o maior salário mínimo regional do país.

Davim anuncia visita do ministro da Saúde a Natal

O líder do PV, senador Paulo Davim (RN), informou ontem que acompanhará a visita que o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, fará amanhã ao Rio Grande do Norte. O ministro e o coordenador-geral do Programa Nacional de Controle da Dengue, Giovanini Coelho, vão ao estado apresentar a estratégia nacional de controle da dengue.

O senador disse que o Rio



Davim: metade dos municípios do estado tem alto risco de dengue

Grande do Norte está entre os 16 estados brasileiros classificados como de alto risco em relação à doença. Dos 167 municípios norte-riograndenses, afirmou Davim, 87 estão classificados como de risco alto ou muito alto para a dengue.

O parlamentar relatou também que autoridades da Secretaria Estadual de Saúde vão apresentar ao ministro da Saúde o Plano de Contingência Estadual para o Enfrentamento da Dengue.

– O ministro também visitará o Hospital Giselda Trigueiro, que é um dos hospitais de doenças infecciosas no Rio Grande do Norte. Vai visitar e ver *in loco* a situação do hospital e as condições que ele poderá oferecer para enfrentar uma eventual epidemia de dengue que poderá se instalar no estado – acrescentou Davim.

Senadora afirma que, desde 2000 até agosto de 2009, o governo estadual deixou de investir mais de R\$ 650 milhões em ações de drenagem, limpeza e manutenção, em relação ao orçamento para o período

Falta plano de prevenção e combate a enchentes em SP, diz Marta Suplicy

NÃO FOI A primeira vez e nem será a última que São Paulo sofrerá com enchurradas, disse ontem Marta Suplicy (PT-SP). A senadora lamentou que não haja, por parte do governo estadual, um planejamento a curto, médio ou longo prazos para uma política de prevenção a enchentes, como se viu, segundo ela, com as chuvas do verão de 2009, que provocaram 72 mortes e deixaram milhares de desabrigados.

Marta observou que a chuva que caiu sobre a cidade de São Paulo na última quarta-feira derrubou árvores e provocou quase 70 pontos de alagamento, causando a interdição de faixas e impedindo a passa-

gem de veículos. Um raio também atingiu a rede de trens e prejudicou a circulação no horário de pico. Toda a capital paulista foi colocada em estado de atenção e o aeroporto de Congonhas fechou para pousos e decolagens. Foram registrados 29,7 milímetros de chuva, o que equivale a 13,7% da média prevista para fevereiro, de 217 milímetros.

De acordo com a companhia ambiental de São Paulo (Cetesb), disse a senadora, 79% dos domicílios urbanos paulistas estão conectados à rede coletora de esgotos (na Baixada Santista, apenas 55%). Do total de esgotos

coletados no estado, apenas 45% são tratados. O restante é despejado sem tratamento, ou com tratamento precário, em rios, córregos e no mar. Há 157 municípios sem nenhum tratamento sanitário, agregando uma população de mais de nove milhões de habitantes.

A senadora disse ainda que as ações importantes de limpeza e conservação de canais e corpos d'água e serviços e obras complementares da bacia hidrográfica do Alto Tietê tiveram redução de 64,5% dos recursos previstos no orçamento estadual de 2010. Além disso, "o Plano Diretor de Macrodrenagem dessa ba-

cia, que abrange quase toda a região metropolitana de São Paulo, indicou como uma das providências obediência às leis de ocupação e zoneamento urbanos, com a manutenção e preservação de áreas que tenham grande potencial de riscos de erosão". O plano foi elaborado em 1998.

– Essas medidas não foram adotadas. Em contrapartida, ocorreram ocupações generalizadas – disse Marta, destacando ainda que, de 2000 até agosto de 2009, o governo estadual teria deixado de investir mais de R\$ 650 milhões nas ações de drenagem, limpeza e manutenção, em relação ao orçamento para o período.



Marinor relata reunião de integrantes da Frente Parlamentar LGBT com ministros do Supremo

Senadoras vão ao STF defender união estável para homossexuais

As senadoras Marinor Brito comunicou que esteve ontem no Supremo Tribunal Federal (STF), juntamente com Marta Suplicy e o deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), para tratar de questões de interesse da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT, da qual integram a coordenação.

Marinor informou ter participado de reunião com os ministros Ayres Britto e Ellen Gracie do STF a respeito da tramitação da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132/RJ, proposta pelo governo do Rio de Janeiro, em 2008. Pelo documento, o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, solicita que o tribunal declare o regime jurídico da união estável como aplicável também para as relações homoafetivas. Dessa forma, os mesmos direitos em relação aos benefícios previdenciários e assistenciais dados a heterossexuais podem passar a ser assegurados a casais de pessoas do mesmo sexo.

Segundo a senadora, os ministros se mostraram muito sensíveis ao acompanhamento dessa questão, não apenas pelo direito do exercício da relação homoafetiva, mas também pela violência contra os homossexuais que tem se espalhado pelo país e até mesmo resultado em mortes. No entanto, a ministra Ellen Gracie ponderou que ainda não havia analisado a matéria do ponto de vista jurídico.

Marta será relatora na CDH do projeto que criminaliza homofobia

O projeto que torna crime a discriminação de homossexuais, idosos e deficientes (PLC 122/06), será relatado pela senadora Marta Suplicy (PT-SP), na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A informação é do senador Paulo Paim (PT-RS), indicado para presidir a comissão.

Paim ressalta que a relatoria da matéria já estava com o PT – na legislatura passada, a tarefa coube à então senadora Fátima Cleide – e que Marta Suplicy manifestou interesse em assumir a função. O texto havia sido arquivado com o fim da última legislatura, mas foi desarquivado na semana passada e voltou a tramitar na CDH. De acordo com Paim, a matéria seguirá "o ritual da comissão, respeitando a vontade dos parlamentares".

– Se tivermos que fazer audiência pública, vamos fazer e, depois de esgotados todos os procedimentos, a matéria vai a voto – disse o senador.

Antes da CDH, a matéria já passou pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e depois será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Em seguida, irá ao Plenário. Caso seja aprovada pelo Senado, a proposta volta à Câmara dos Deputados, por ter sido modificada. O PLC 122/06 é de autoria da então deputada federal Iara Bernardi.



Para senadora, esgotos não tratados são uma das causas de alagamentos, como o ocorrido em Franco da Rocha (SP)



Marta cobra intervenções na bacia do Tietê, previstas em plano diretor

Wellington sugere participação parlamentar na retomada de obras



Senador propõe mesa para negociar continuidade de obras paralisadas

Preocupado com o grande volume de obras paralisadas em virtude de problemas como falta de documentação, licença ou desentendimento entre os governos federal, estadual e municipal, o senador Wellington Dias (PT-PI) defendeu maior participação do Parlamento na solução desses problemas. Ele sugeriu que os congressistas integrem uma mesa de negociação entre as partes envolvidas.

Para o senador, os parlamentares devem estender sua atuação a temas próximos e de interesse da população. Ele citou como exemplo bem su-

cedido reunião que manteve no Ministério do Planejamento, para tratar da interrupção de parte das obras do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, em que foi debatida a situação de Floriano (PI).

– Essa cidade fica na calha do rio Parnaíba e já iniciou o programa. Só que, quando foram celebrar o convênio, havia naquele instante um limite de dinheiro. Portanto, embora o projeto fosse de R\$ 75 milhões, foi assinado um contrato de R\$ 26 milhões. Buscando uma solução para esse problema, chegamos a

um entendimento que permitirá dar continuidade às obras – comemorou.

Wellington Dias informou que já foi feita a licitação e todas as licenças exigidas para a continuidade das obras em Floriano estão em dia.

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ), mesmo ressaltando que não é função do parlamentar "fazer", observou que os integrantes do Legislativo podem "chegar perto do fazer", ajudar a fazer ou destravar o que está emperrado.

– Espero que nesta legislatura não fiquemos só na arenga política – disse.

Marinor quer levar senadores para área ao redor de Belo Monte

A líder do PSOL, senadora Marinor Brito (PA), informou ontem que está organizando uma comitiva de senadores para visitar, em março, os municípios paraenses da região do Xingu na área de influência da projetada Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Para a mesma época está prevista a realização de seminário técnico que se destina a avaliar os impactos sócio-ambientais do projeto, organizado em associação com o movimento Xingu Vivo.

De acordo com Marinor,

os parlamentares vão ter a oportunidade de conhecer a realidade da região, no seu entendimento historicamente prejudicada por ações de desenvolvimento sem sustentabilidade social e ambiental. Ela citou os projetos oficiais de ocupação de áreas da Amazônia dos anos 1970.

Até o momento, informou Marinor, cinco senadores já manifestaram interesse em integrar a comitiva. Entre eles, citou Paulo Paim (PT-RS), Raulo Rodrigues (PSOL-AP) e Cristovam Buarque (PDT-DF).

– Não se trata de ser contra ou a favor da geração de energia, mas sim de mostrar que existem alternativas que produzem menos impactos negativos e a custos mais reduzidos – salientou.

De acordo com Marinor, estudos produzidos por um grupo de pesquisadores, professores universitários e estudantes, que integram o chamado Painel de Especialistas, mostram dados preocupantes em relação ao projeto de Belo Monte. Um dos aspectos sensíveis seria a perspectiva de

chegada à região de aproximadamente 150 mil pessoas, atraídas pela promessa de empregos, enquanto a oferta total prevista seria de apenas 20 mil postos e já existiriam mais de 19 mil desempregados somente no município de Altamira.

Até o momento, afirmou ainda a senadora, ainda não teriam sido iniciadas as ações de contrapartida social, como a construção de habitações e serviços de saneamento para as populações que devem ser atingidas.